

O LIBERAL  
5/MAIO/85

12

4468 Lucio Flavio Pinto

## História recomeça (2)

**D**everemos continuar operando por grandes barragens, enormes turbinas, vastos reservatórios e extensas linhas de transmissão em alta voltagem como a base para a produção de energia hidráulica? Nos países desenvolvidos, esta pergunta começa a ser formulada em caráter efetivamente interrogativo. No Brasil, e particularmente na Amazônia, abolimos a interrogação e impomos a afirmativa sem maior e mais profunda reflexão. Ela é um pressuposto colocado acima de qualquer dúvida.

É assim que a Eletronorte está partindo para quatro novas hidrelétricas. A de Santa Isabel, em 22 meses. As duas do complexo de Altamira, em 30 meses. E, em seguida, a do Trombetas. A empresa dispõe-se a realizar em torno dessas obras estudos ambientais que, quando feitos, só se iniciavam no decurso do empreendimento. Ainda que represente um avanço, significa que a empresa está abrindo ao debate apenas uma parte — e acessória, apesar de sua importância — do projeto, mas não ele globalmente.

Na consulta às instituições de pesquisa, a Eletronorte parte de uma decisão categórica: a de construir as hidrelétricas, nos locais já escolhidos e com as características técnicas já definidas. É certo que estabelecer esses parâmetros constitui sua competência específica, mas, sob a aparência de uma prerrogativa técnica, esconde-se um poder político que a sociedade brasileira, sobretudo nesta fase de transição, não pode mais ignorar. É o poder de escolher um determinado modelo de geração e fornecimento de energia, associado ao modelo mais amplo que amolda a vida econômica do país.

Não se trata, como pode parecer ao cidadão incauto, de uma temática que se reduz à discussão ideológica. Apesar de depender de uma certa visão sobre a organização da produção, ela é também

técnica. Por isso, a abertura do debate sobre o que deveria ser considerado como postura preliminar e não como decisão acabada não atrairá apenas correntes divergentes em política, mas uma crescente confraria de especialistas com dúvidas sobre o futuro das grandes centrais de energia.

Vimos, em Tucuruí, o que a escolha de grandes turbinas acarreta, mesmo na fase de fechamento das adufas, impondo sistemas sem alternativas. Veremos, se esse critério não for modificado, o que grandes turbinas poderão causar a jusante da barragem, em termos de qualidade de água e regularização de vazão, em uma região onde o equilíbrio desses elementos é tão vital à vida animal como no Trombetas. E estamos assistindo, em Balbina, a iminência do desperdício de uma riqueza fantástica em troca de outra cujo valor não sabemos se poderá vir a compensar a perda.

**A** par disso, verificamos que o preço da energia fornecida a consumidores privilegiados, como os produtores de alumínio, nada tem a ver com o custo de produção da própria energia, nem com a eficiência da empresa consumidora, vinculando-se às flutuações no mercado internacional do metal. Passamos a ser comandados, quanto a este aspecto, pelo voluntarismo dos cartéis estabelecidos fora de nossas fronteiras. E se devemos nos preocupar com a segurança nacional, esta é uma questão que a afeta frontalmente.

Logo, não podemos partir para novas empreitadas, sobretudo quando elas exigem poupanças de que não dispomos, forçando-nos a maior endividamento em moeda externa, sem uma análise global desses projetos, análise que não se delimita por vincos impostos por um grupo de privilegiados que ainda sustenta o poder decisório à revelia e acima da sociedade.

Não é apenas a conciliação com o ambiente ecológico e humano que a sociedade brasileira exige dessas obras construídas na Amazônia. Quer também que elas se adequem a um projeto orientado para induzir a riqueza interna, fazê-la circular mais e melhor entre os brasileiros, ao invés de ser a fita gomada dos pacotes que enviamos para consumidores externos. É uma dupla dimensão que impõe desafios a todos os brasileiros honestos e de boa vontade.

**R**esponder a eles não é tarefa simples. Requer boa vontade, mas também competência. Não apenas querer fazer, mas ao mesmo tempo saber fazer e saber o que fazer. Obviamente, nenhuma das instituições ou pessoas convidadas a participar do empreendimento deve recusá-lo simplesmente pelo receio de coonestar algo que se teme por desconhecer o que é. O dever de participar está acima de todas as contingências. Mas deveria ter idêntico peso o compromisso de refazer as regras caso elas se mostrem incapazes de abrigar toda a complexidade da tarefa.

A Eletronorte tem a visão do conjunto do quebra-cabeça, que veio armado em sua caixa. Mas, ao abrir a tampa, passou a distribuir apenas peças isoladas. Quem receber cada uma dessas peças vai poder realizar uma tarefa limitada, encaixando a sua própria peça. E pode ser que, ao final, o desenho armado não satisfaça os que participaram desse esforço compartimentado.

Para ser um jogo completamente leal, franco e produtivo, é preciso abri-lo por inteiro antes de começar a delegação das incumbências. Mesmo que pareça exigência exorbitante para os padrões da tecnocracia brasileira, talvez fosse a maneira de fazê-la descobrir que uma República já foi substituída por outra.